

MIGUÉLEZ, A., SEIXAS, M. M. de (2026), Introdução ao dossiê A Idade Média do 25 de Abril “Usos do passado medieval em Portugal após o 25 de Abril de 1974: entre rutura, reinterpretação e instrumentalização”. *Análise Social*, 260, LXI (3.º), e49329. DOI: <https://doi.org/10.31447/49329>.

Alicia Miguélez » alicia.migueldez@fcsh.unl.pt » Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH » Avenida de Berna, 26 C — 1069-061 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0001-8034-285X>.

Miguel Metelo de Seixas » miguelmeteloseixas@fcsh.unl.pt » Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH » Avenida de Berna, 26 C — 1069-061 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-0811-573X>.

ALICIA MIGUÉLEZ
MIGUEL METELO DE SEIXAS

**Usos do passado medieval
em Portugal após o 25 de Abril de 1974:
entre rutura, reinterpretação
e instrumentalização**

A revolução de 25 de Abril de 1974 constituiu um momento de rutura profunda na história contemporânea portuguesa, não apenas ao nível político e institucional, mas também no domínio das representações do passado. Entre os períodos históricos mais afetados por esta reconfiguração encontra-se a Idade Média, cuja instrumentalização ideológica durante o Estado Novo (1933-1974) a havia colocado no centro de uma narrativa nacionalista, conservadora e teleológica. No contexto democrático subsequente, a Idade Média foi objeto de uma revisão crítica que implicou simultaneamente a renovação historiográfica, a reinterpretação dos discursos de síntese, a redefinição das políticas patrimoniais e a emergência de novas formas de medievalismo na literatura e nas artes visuais. O dossiê temático que agora se publica na revista *Análise Social* decorre de um colóquio organizado em 2024, no cinquentenário da Revolução dos Cravos, pelo Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH), o Instituto de História Contemporânea (NOVA FCSH), o Centro de Literatura Portuguesa (Universidade de Coimbra) e o Centro de História (FLUL, ULisboa), com o propósito de analisar os diversos usos da Idade Média no Portugal pós-revolucionário, evidenciando as continuidades e, sobretudo, as discontinuidades face ao período anterior. Várias das intervenções realizadas no colóquio vêm agora à luz sob a forma de artigos científicos reunidos no presente dossiê, que pretende contribuir para o programa geral das comemorações dos 50 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974, coordenado de 2022 a 2026 pela Comissão Comemorativa 50 Anos 25 Abril.

A IDADE MÉDIA DO ESTADO NOVO

Durante o Estado Novo, a Idade Média foi amplamente mobilizada como o tempo das “origens da nação”, servindo de fundamento histórico à legitimação de um regime autoritário que se pretendia herdeiro de uma tradição secular. Esta mobilização foi realizada através de mecanismos muito diversificados, alguns mais óbvios e outros mais subtis e sofisticados, sobretudo em três âmbitos: a construção do discurso histórico; a política de promoção cultural e artística; e a intervenção no património de época medieval (Martins, 2025).

Em primeiro lugar, a historiografia dominante, frequentemente alinhada com os ideais do regime, privilegiou uma leitura política e institucional centrada na formação do Estado, exaltando figuras régias e episódios fundacionais, desde o século XII em diante. Como sublinha Bernardo Vasconcelos e Sousa no seu artigo neste dossiê temático, esta conceção implicava uma visão estática e normativa do passado medieval, orientada para a construção de uma identidade nacional homogênea e, por assim dizer, sublimada. O período medieval foi assim explicado e apresentado como uma época áurea, quer devido ao surgimento da nação no século XII, quer devido ao seu processo de expansão nos séculos seguintes. Historiadores como João Ameal, por exemplo, defenderam que Portugal tinha constituído um *unicum* no panorama europeu do século XV, pois, enquanto noutros territórios o período medieval chegava ao seu fim, e o fazia no meio de diversas ameaças – como os conflitos bélicos ou as crises sanitárias –, em território luso a Idade Média ainda se mantinha, e o fazia de forma gloriosa: “Acabou já a Idade Média – diz a maioria dos historiadores. Aqui não acabou. Em Portugal a Idade Média continua. Continuará ainda até ao fim do século XV – por isso mesmo o século maior da nossa História!” (Ameal, 1943, p. 21). Nos anos 30 e 40 do século XX, Portugal voltava a ser uma espécie de oásis no panorama europeu. A postura oficial de neutralidade que o país adotou durante a guerra civil de Espanha e durante a I Guerra Mundial permitiu apresentar o país como um oásis de paz que se revestia de pompa e esplendor imperial, enquanto o resto do continente era arrasado pelos conflitos bélicos e pelos subsequentes períodos de pós-guerras, marcados pela destruição, pobreza e fome. No século XX, Portugal continuava à frente, como sublinhava o próprio Ameal no ano áureo de 1940: “Este prolongamento, esta demora da Idade Média em Portugal explica a força do nosso ânimo, os prodígios efectuados nos Descobrimentos e Conquistas – a coesão moral que por largo tempo nos conserva no primeiro plano, à cabeça dos grandes Povos” (Ameal, 1940, p. 296).

Em segundo lugar, este discurso historiográfico foi divulgado não só através de obras especializadas ou manuais escolares, como também através de

uma maquinaria propagandística que incluiu a conhecida *Política do Espírito*. Esta foi definida pela primeira vez por um dos homens-fortes do regime, António Ferro, nos inícios dos anos 30 (Ferro, 1932), e amplamente desenvolvida pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e posteriormente pelo Secretariado Nacional de Informação (SNI) até finais dos anos 40. Utilizando a imprensa, a literatura, a arte, o cinema, o teatro e a radiodifusão, a *Política do Espírito* logrou estabelecer uma forte ligação entre a sociedade portuguesa e o que se apresentava como o seu glorioso passado imperial, com as suas veneráveis raízes e tradições, na qual a ditadura salazarista era vista como parte integrante dessa gloriosa continuidade histórica. Um amplo uso de episódios, figuras históricas e imagens associadas à Idade Média desempenhou um papel relevante nas mais diversas atividades do SPN e depois do SNI, como nas exposições e cortejos organizados por ocasião das Comemorações do Duplo Centenário em 1940 ou nos documentários – patrocinados pelo Estado e abertamente assumidos como propaganda – protagonizados por figuras históricas como Nuno Álvares Pereira e episódios que se consideravam representativos de um passado medieval glorioso e triunfante, bem como referentes de valores como a fé, a fidelidade e a honra.

Em terceiro lugar, o Estado Novo também interveio no património conservado desse período, especialmente o património arquitetónico. Castelos, perímetros amuralhados, e monumentos religiosos foram alvo de complexos processos de conservação e restauro acometidos pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) que, no geral, seguiram os pressupostos da teoria do restauro em estilo do arquiteto francês Viollet-le-Duc e, portanto, supuseram não só a eliminação de qualquer vestígio que não se considerasse de origem medieval, como também a adição de estruturas e elementos decorativos que permitissem devolver o monumento ao que se considerava ter sido a sua pureza original.

Todavia, já nas décadas de 1960 e 1970 começaram a emergir sinais de renovação e de um olhar diferente sobre a Idade Média. Esta renovação aconteceu, por um lado, a nível epistemológico, com a introdução de novas metodologias inspiradas pela historiografia internacional, nomeadamente pela escola dos *Annales*, que valorizava a longa duração, as estruturas sociais e as dimensões económicas e culturais. Mas também aconteceu no campo da criação cultural e artística, como evidenciam as primeiras obras expostas pela artista Paula Rego na Sociedade Nacional de Belas-Artes no ano de 1965, uma primeira exposição individual recentemente revisitada na mostra *Paula Rego: Manifesto*, organizada precisamente no âmbito das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril na Casa das Histórias Paula Rego em Cascais (Alfaro e Oliveira, 2024). As obras *Cães de Barcelona* – exibida com o título de *Cães Vadios* em

1965 para evitar a censura – e *Manifesto por uma Causa Perdida* evidenciam uma influência clara da figura do pobre Lázaro pintada nos frescos da absida da igreja catalã de Sant Climent de Taüll, datados do século XII (Barcelona, Museu Nacional d'Art de Catalunya, 015966-000). Mas a ligação de Paula Rego com a cultura visual medieval afasta-se de forma evidente da instrumentalização da mesma que tinham feito até à data os artistas portugueses com afinidades ao regime salazarista e que tinha ficado evidenciada, por exemplo, na cópia mimética de vários motivos do Beato de Lorvão (Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ordem de Cister, MSML, Liv. 44) nos painéis decorativos desenhados por Manuel Lapa e Frederico George para o Pavilhão da Fundação da Exposição do Mundo Português de 1940 (Miguélez Caverio, 2016). A aproximação de Paula Rego à arte medieval mostra um efeito contrário, pois a imagem medieval é utilizada como arma de oposição ao regime. E nesses mesmos anos, o filme *Acto da Primavera* (1963), de Manoel de Oliveira, afastava-se também dos documentários de exaltação patriótica de figuras como Nuno Álvares Pereira produzidos nos primeiros decénios do Estado Novo, pois o realizador produziu uma docuficção baseada na representação do auto medieval da *Paixão de Cristo* da aldeia de Curalha (concelho de Chaves), que foi codificado num texto do século XVI da autoria de Francisco Vaz de Guimarães, e ao qual o realizador se aproximou com uma abordagem mais próxima do olhar etnográfico do que da celebração gloriosa do passado.

Finalmente, entre os sinais de renovação do olhar sobre a Idade Média a partir da década de 1960, é necessário destacar também as novas posições no seio da DGEMN após a saída do seu diretor-geral, o engenheiro militar Henrique Gomes da Silva, que a tinha liderado desde a sua fundação em 1929 até 1960. O cargo foi assumido por José Pena Pereira da Silva desde 1961 até 1976, etapa em que foram adotados os princípios da Carta de Veneza e foi sendo abandonada a política dos grandes restauros reconstrutivos, que visava uma recriação fantasiada do passado (Neto, 2022).

A IDADE MÉDIA DO 25 DE ABRIL

A revolução de 1974 veio acelerar e consolidar este processo de transformação, abrindo espaço a uma “Nova Idade Média” no contexto historiográfico português. A libertação das condições de produção do conhecimento com a abolição da censura e o alargamento das liberdades académicas permitiu um crescimento significativo da investigação, tanto em termos quantitativos como qualitativos. A Idade Média deixou de ser vista apenas como o “berço da nação” para passar a ser estudada na sua complexidade interna, com atenção às dinâmicas sociais, às práticas culturais e às experiências quotidianas.

Este deslocamento implicou também uma descentralização temática e geográfica, com o surgimento de estudos regionais, urbanos e rurais, bem como uma maior atenção a grupos sociais anteriormente marginalizados pela historiografia tradicional.

Tal renovação refletiu-se, outrossim, nas grandes obras de síntese publicadas no período democrático, em particular nas várias “Histórias de Portugal” que procuraram oferecer uma visão global do passado nacional. Como observa Pedro Martins neste dossiê, estas obras incorporaram, em graus diversos, as transformações da historiografia da segunda metade do século xx, incluindo a revisão crítica dos paradigmas anteriores. No que respeita à Idade Média, verifica-se uma maior diversidade de abordagens, com a inclusão de temas como a organização social, a cultura material, a religiosidade e as mentalidades. Ainda que subsistam algumas continuidades com as narrativas do Estado Novo – nomeadamente na centralidade atribuída à formação do reino –, é evidente uma inflexão interpretativa que privilegia a pluralidade de perspetivas e a problematização das fontes. A Idade Média deixa de ser um bloco monolítico para se tornar um campo de investigação aberto e dinâmico.

Paralelamente à renovação historiográfica, o período pós-1974 assistiu a uma transformação significativa no modo como o património medieval era entendido e gerido. A ratificação, em 1979, da Convenção para a Proteção do Património Mundial de 1972 marcou um ponto de viragem nas políticas públicas de salvaguarda, ao introduzir uma conceção mais abrangente e integrada do património cultural. Como demonstra Maria Leonor Botelho no seu artigo deste dossiê, esta mudança implicou uma reconfiguração do estatuto dos edifícios medievais, que passaram de “monumentos nacionais” – valorizados sobretudo pelo seu significado histórico e artístico – a “património cultural” entendido como recurso endógeno, com potencial económico, social e identitário.

Esta nova abordagem traduziu-se na atualização do quadro normativo e institucional, bem como na adoção de políticas de valorização que articulavam conservação, turismo e desenvolvimento local. Os edifícios medievais passaram a ser integrados em estratégias de reabilitação urbana e de dinamização territorial, assumindo um papel ativo na construção de identidades locais e regionais. Ao mesmo tempo, esta instrumentalização do património levantou questões críticas sobre os riscos de mercantilização e de banalização do passado, evidenciando a tensão entre preservação e uso. A Idade Média, enquanto categoria patrimonial, tornou-se assim objeto de múltiplas apropriações, refletindo os interesses e as expectativas da sociedade contemporânea.

No domínio da literatura, a Idade Média conheceu igualmente uma reconfiguração significativa, particularmente através das obras de autores como José

Saramago. No drama *A Segunda Vida de Francisco de Assis*, analisado por Ana Maria Machado, a figura do santo medieval é reinterpretada à luz de uma sensibilidade contemporânea, marcada por uma leitura materialista e crítica da história. Através de mecanismos ficcionais que operam uma atualização do passado, Saramago constrói uma imagem de Francisco de Assis que, embora inspirada na hagiografia medieval, se afasta dela de forma deliberada, enfatizando certos traços – como a pobreza – em detrimento de outros – como a fraternidade espiritual. Este processo de reinterpretação inscreve-se no campo dos estudos de medievalismo, que analisam as formas como o passado medieval é recriado em contextos posteriores, ganhando novos significados. Para Saramago, a Idade Média funciona como um espelho do presente, permitindo explorar questões contemporâneas como a desigualdade social, a ética da solidariedade e a crítica das instituições. Trata-se de um uso heurístico do passado, que não visa a reconstituição histórica, mas antes a problematização do presente através da ficção. A Idade Média torna-se, assim, um espaço de projeção simbólica, onde se confrontam diferentes visões do mundo.

Uma dinâmica semelhante pode ser observada no campo da criação audiovisual, nomeadamente no cinema militante do período pós-revolução, como evidencia o texto de Gonçalo Costa. O filme *Que Farei Eu com Esta Espada?* (1975), de João César Monteiro, constitui um exemplo paradigmático de reaproveitamento do imaginário medieval em chave crítica e alegórica. Em contraste com as representações historicistas do Estado Novo – como as produzidas no contexto das Comemorações Centenárias de 1940 –, o filme de Monteiro propõe uma leitura anacrónica do passado, que rompe com a continuidade temporal e introduz uma dimensão reflexiva sobre a história. Inspirado por uma conceção benjaminiana do tempo histórico, o filme utiliza elementos medievalizantes para construir uma imagem da redenção coletiva, centrada na ação revolucionária do “povo”. A espada, símbolo tradicional de poder e violência, é aqui dotada de um novo significado enquanto objeto de questionamento ético e político: “Que farei eu com esta espada?” A pergunta sugere uma suspensão da narrativa heroica e uma abertura à crítica das estruturas de dominação. A Idade Média, neste contexto, não é um passado a celebrar, mas um repertório simbólico a desconstruir e a reapropriar.

Em síntese, a análise dos usos da Idade Média em Portugal após o 25 de Abril de 1974 revela um processo complexo de rutura e reconfiguração em relação ao período anterior, que atravessa diferentes domínios do saber e da cultura. A historiografia conheceu uma profunda renovação, libertando-se gradualmente das amarras ideológicas do Estado Novo e adotando novas abordagens metodológicas. As obras de síntese refletiram essas transformações, oferecendo uma visão mais plural e crítica sobre o passado medieval.

As políticas patrimoniais redefiniram o estatuto dos monumentos, integrando-os em estratégias de valorização cultural e económica. A literatura e as artes visuais exploraram o potencial simbólico da Idade Média, utilizando-a como instrumento de reflexão sobre o presente. Este conjunto de dinâmicas evidencia que a Idade Média, longe de ser um período encerrado no passado, continuou a desempenhar um papel ativo na construção das identidades contemporâneas. No contexto português, o pós-1974 marcou o início de uma nova relação com esse passado, caracterizada pela pluralidade de interpretações, pela crítica das narrativas dominantes e pela abertura a novas formas de apropriação.

A IDADE MÉDIA DE 2040?

A “espantosa realidade” de uma nova Idade Média, para retomar a expressão de Bernardo Vasconcelos e Sousa neste dossiê, reside precisamente nessa capacidade de reinvenção contínua, que faz do medieval um campo privilegiado de diálogo entre passado e presente. Mas, e o futuro? Qual será a Idade Média de 2040? Esta pergunta ganha sentido ao olharmos para um dos discursos redigidos por António Ferro na ocasião das Comemorações do Duplo Centenário em 1940, em que o homem-forte do regime profetizava que as iniciativas que estavam a ser organizadas nessa altura seriam tão relevantes que, um século mais tarde, a sociedade portuguesa sentiria a imperiosa necessidade de as replicar:

O que Salazar quere, o que o Governo deseja de vós é que o vosso esforço seja tão milagroso, tão criador que os portugueses de amanhã, os portugueses de 2040, sintam a necessidade imperiosa de celebrar, com entusiasmo e reconhecimento, o centenário de 1940, o centenário dos centenários! [Ferro, 1939, p. 23]

A profunda renovação epistemológica acontecida na historiografia portuguesa no pós-1974 e a ampla disseminação científica consequentemente promovida permitem intuir que, no conjunto da sociedade portuguesa, existe uma consciência coletiva sobre os usos, deturpações e manipulações a que a Idade Média foi submetida pelo aparelho ideológico do Estado Novo. Porém, diversos discursos, campanhas e atividades de propaganda dos últimos anos permitem também intuir que um revisionismo positivo e saudosista das práticas estado-novistas está em processo de desenvolvimento, na medida em que os mesmos episódios ou figuras históricas enaltecidas pelo regime – como Afonso Henriques ou Nuno Álvares Pereira – estão a adquirir de novo protagonismo, como no período da ditadura (Miguélez Cavero e Martins, 2023).

O atual projeto das Comemorações dos 900 Anos da Fundação de Portugal configura-se, assim, como uma oportunidade para perceber qual é a Idade Média que a sociedade portuguesa do século XXI conhece e na qual se reconhece. A programação celebrativa, já anunciada, basear-se-á em três datas e acontecimentos considerados fundacionais: a batalha de São Mamede, a batalha de Ourique e o tratado de Zamora, um trio de ases fortemente exaltado pelo Estado Novo. O novo olhar sobre a Idade Média que o 25 de Abril impulsionou permitiu abordar, de uma forma plural e crítica, esses episódios. Por exemplo, o tratado de Zamora, do qual não há nenhum registo escrito conservado, é atualmente considerado um mito fundador pelas/os especialistas, e assim o ecoa, de quando em quando, a comunicação social (Carvalho, 2025). Qual será a abordagem a adotar, então, nas próximas comemorações? Dialogar-se-á ou não – e se sim até que ponto – com o discurso proferido por António Ferro há um século? O tempo o dirá. Entretanto, este dossiê temático poderá fornecer algumas ferramentas para o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre a relação complexa que a sociedade estabelece com o seu passado, tanto imediato como remoto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFARO, C., OLIVEIRA, L. (coords.) (2024), *Paula Rego: Manifesto*, Cascais, Casa das Histórias Paula Rego.
- AMEAL, J. (1940), *História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins.
- AMEAL, J. (1943), *Dona Leonor. Princesa Perfeitíssima*, Porto, Livraria Tavares Martins.
- CARVALHO, F. (2025), “5 de Outubro e o mito de Zamora”, *Observador*, 7 outubro.
- FERRO, A. (1932), “Política do Espírito”, *Diário de Notícias*, 21 Novembro.
- FERRO, A. (1939), “Carta aberta aos portugueses”. *Revista dos Centenários*, 1, pp. 19-23.
- MARTINS, P. (2025), *Representing the Middle Ages in Modern Portugal (1890-1947)*. *Historiography, Heritage, and Commemoration*, Leiden, Brill.
- MIGUÉLEZ CAVERO, A. (2016), “Riding across time and space. The political use of medieval images in Portugal during the *Estado Novo*”. *Visual Resources. International Journal on Images and Their Uses*, 32 (1-2), pp. 124-144. <http://dx.doi.org/10.1080/01973762.2015.1130934>.
- MIGUÉLEZ CAVERO, A., MARTINS, Pedro (2023), “The uses of the medieval past in contemporary European political discourse: Some reflections arising from the Portuguese case”. *E-Journal of Portuguese History*, 21 (1), pp. 74-102. <https://doi.org/10.26300/os30-cd74>.
- NETO, M. J. (2022), “Da constituição à extinção da DGEMN. A dinâmica da salvaguarda do património arquitetónico nacional no século XX”. In *Revelar o Património. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais 1929-2019*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 38-49.